

Simpósio Temático:

**Novos mapas e mapeamentos urbanos: alternativas para a análise e a representação das cidades em abordagem interdisciplinar**

Título do trabalho:

**Para que e para quem servem os mapas? Em busca (ou abandono) de novas formas de representação e utilização no planejamento urbano**

Cristina Lontra Nacif.

Arquiteta e urbanista (UFF), Doutora em Geografia (UFRJ), Professora do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Contato: [clnacif@globo.com](mailto:clnacif@globo.com).

Leo Name.

Arquiteto e urbanista (UFRJ), Doutor em Geografia (UFRJ), Professor do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Contato: [leoname@puc-rio.br](mailto:leoname@puc-rio.br).

No planejamento urbano brasileiro atual, tem-se momento de valorização de processos participativos, cuja aproximação entre saberes técnico e leigo supostamente quer dialogar distintas inteligibilidades do urbano e cujo processo de elaboração dos novos planos diretores municipais é o exemplo mais paradigmático. Entretanto, ainda é rarefeita a reflexão crítica sobre o papel comunicativo, ideológico e autoritário dos mapas na produção do conhecimento e da experiência urbana cotidiana. A partir de revisão da bibliografia sobre a cartografia crítica, buscaremos indagar sobre a possibilidade de se produzir “novas” cartografias com “outras” lógicas, que possam contribuir para uma maior adesão, interação e (re)apropriação dos diversos grupos sociais nos processos participativos do planejamento urbano.

## **Para que e para quem servem os mapas? Em busca (ou abandono) de novas formas de representação e utilização no planejamento urbano**

### **Introdução**

Sempre foram abundantes nos trabalhos de geografia, sociologia, urbanismo e no planejamento urbano que une, ou ao menos tenta unir, tais disciplinas, variados e minuciosos levantamentos de dados, para não dizer extenuantes e às vezes inúteis inventários a respeito das regiões, cidades e bairros em detrimento da apropriação de categorias que auxiliem na compreensão dos processos e formas espaciais. Junto com essas práticas, muitas vezes denominadas “mapeamentos do território”, é evidentemente produzida quantidade expressiva de mapas, ainda mais neste momento quando as tecnologias de SIG (Sistema de Informações Geográficas) se popularizam velozmente, facilmente se manipulando por elas conjunto variadíssimo de dados e espacializando-os de forma georreferenciada, em princípio precisa e exata. Apesar disso, somos obrigados a lamentar que ainda que mais e mais pessoas dominem a linguagem e a prática cartográficas, antes mais restritas a cartógrafos e geógrafos, tais mapas, tão variados, geralmente se apresentam como pobre instrumentalização técnica e gráfica de dados, em grande medida de difícil compreensão por não-técnicos e por vezes descartados ou sequer relacionados com as propostas finais de intervenção ou formulação de normas.

Tal perspectiva é particularmente relevante para se analisar o atual contexto do planejamento urbano no Brasil. No que diz respeito ao pensamento e à intervenção sobre as cidades brasileiras, hoje se tem momento rico de valorização de processos participativos e das aproximações entre saber técnico e leigo, além de um legítimo desejo de promoção de autonomias em escalas municipal e local. Tendo suas bases teóricas no Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU), por sua vez com origens na década de 1960, suas primeiras validações institucionais colocadas em artigo da Constituição Federal de 1988, que passou a exigir dos municípios planos diretores participativos, e melhor desenhadas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), finalmente, tendo diretrizes estruturadas e normatizadas a partir da

criação, em 2003, do Ministério das Cidades, há como pano de fundo certa construção de “cidade democrática”, ideal que por certo compartilhamos.

Mas se por um lado a necessidade de se produzir planos diretores trouxe ao planejamento, em tese, a dimensão da participação social, por outro lado infelizmente reproduziu de forma contundente e acrítica os longos diagnósticos que parecem aderidos a toda intenção de intervenção urbana. Nesse sentido, a produção de mapas no bojo destes processos participativos recém-instaurados oficialmente, junto aos lugares e comunidades mais variados e durante e para o planejamento dos mesmos, deveria estar na pauta urbana brasileira. Entretanto, ainda é rarefeita na produção cartográfica deste planejamento urbano participativo a reflexão crítica sobre o papel comunicativo, ideológico e autoritário dos mapas na formação do conhecimento e na estruturação da experiência urbana cotidiana. Além disso, primordialmente são o plano cartesiano e os *softwares* georreferenciados os amplamente utilizados nos mapas dos novos planos municipais que, dentre outros problemas, congelam o espaço, ignoram o tempo e que, a despeito da extrema popularização do SIG, não são compreendidos por qualquer usuário/a e necessitam de algum treinamento para sua execução. Isso os torna um tanto limitantes no que diz respeito a poderem lidar com outras lógicas que não o pensamento racionalista que os produz e a espacialização de questões que possam vir a ser de interesse dos diversos grupos e movimentos sociais. Assim, muitos problemas, necessidades e desejos de usuários/as da cidade podem ser excluídos do mapeamento, do mapa e, portanto do planejamento, o que evidentemente compromete a busca do direito à cidade em seu sentido mais amplo.

Pretendemos com este artigo refletir criticamente sobre possíveis aprimoramentos e metodologias apropriadas (se é que elas existem) para enfrentar a elaboração e a análise crítica deste dito planejamento participativo, tendo como foco a produção de uma cartografia crítica, aqui entendida no sentido dado por Crampton e Krygier (2006), ou seja, um conjunto tanto de teorias críticas sobre a geo-histórica produção cartográfica quanto de novas práticas de mapeamento que geram formas outras de mapas. Indiretamente estaremos indagando, aqui, sobre o papel de geógrafos, urbanistas e demais técnicos e cientistas sociais nestes processos, sobre como seus saberes e práticas podem colaborar na inclusão de grupos excluídos da cidade, com ou sem representação formal por movimentos sociais urbanos, em suas

tomadas de decisão, na potencialização de sua representação e no atendimento de suas demandas, construindo com eles projetos e estratégias de resistência. Eis as perguntas que nos orientam: o que vai para o mapa? E o que não vai? E se vai, de que forma se produz o mapa e se representa em mapa? Por quê? Para quê? Para quem?

Ainda que não tenhamos a pretensão de responder completamente tais indagações, buscaremos desdobrar as discussões em três partes . Na primeira, faremos breve análise do planejamento e do mapeamento participativos na experiência brasileira mais recente – baseando-nos em grande medida na nossa própria atuação na elaboração de planos diretores – para que na segunda parte possamos contrapor-la a uma revisão crítica de autores que estabelecem a relação entre mapas, mapeamentos e disputas de poderes, também para nós indissociáveis mas que infelizmente não mereceram apurado foco do processo de elaboração dos novos planos diretores. Por fim, na última parte, esboçaremos comentários finais sobre a inclusão de uma cartografia crítica na agenda de pesquisa urbana, levando em consideração possíveis formas e procedimentos metodológicos alternativos e/ou de resistência que possam contribuir na construção de outros processos e práticas de mapeamento, outros tipos de mapas, outras relações de poder, portanto.

### **Mapeamentos, mapas e participação no Brasil**

As quase esquecidas experiências voltadas para o chamado planejamento participativo nas administrações do MDB em Lages, Santa Catarina, registradas por Alves (1984), e de Prudente de Moraes, Minas Gerais, relatadas por Brandão (1986), datam da segunda metade da década de 1970. Nesse período, desnecessário lembrar, governava o país o general Ernesto Geisel. O governo Geisel foi denominado pelo próprio presidente como o de distensão lenta, gradual e segura, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. Para os profissionais envolvidos nas práticas de planejamento urbano e regional esse foi um período marcado por tentativas de adoção de metodologias envolvendo a participação “comunitária” na definição de políticas públicas setoriais e no planejamento físico-territorial.

Enquanto isso, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, desde a década de 1980 mantinha suas lutas e no plano legal construía as bases do que hoje

conhecemos como Estatuto da Cidade, lei aprovada em 2001 depois de muitos anos de idas e vindas no legislativo. Mesmo com todas as críticas já elaboradas quanto à eficácia dos planos diretores uma nova esperança se apresentava: a obrigatoriedade de incorporação da participação no processo de construção do instrumento legal. Para apoiar os municípios e sensibilizar a sociedade, o Ministério das Cidades, com o apoio do Conselho das Cidades, lançou em maio de 2005 a Campanha Nacional "Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos", desenvolvida com base na estruturação de vinte e sete Núcleos Estaduais – vinte e seis estados e o Distrito Federal. Nas suas mais diferentes composições os núcleos fizeram enorme esforço no processo de divulgação e, de certa forma, asseguraram um mínimo de conhecimento sobre a lógica do processo oficial, na medida em que os participantes tentavam decodificar regras e instrumentos, permitindo uma interlocução com os grupos técnicos, quando da elaboração dos planos, em um bom número de municípios. As críticas posteriores ficariam por conta das contradições do próprio processo e seus objetivos, impossíveis de serem tratados nos limites do presente trabalho.

Segundo as cartilhas elaboradas pelo Ministério das Cidades os planos diretores deveriam contar com leituras técnicas e comunitárias e, para tanto, eram indicadas diferentes dinâmicas e materiais: construir mapas temáticos da cidade, com elementos oferecidos pelos participantes; usar fotos antigas e atuais, para visualizar mudanças e diferenças; oferecer equipamento fotográfico, para que os interessados façam registros pessoais dos pontos importantes e/ou problemáticos da cidade; e fazer e apresentar entrevistas e pesquisas, resgatar a história, ou usar desenhos para documentar, discutir e refletir sobre o município e região. "Ler a cidade" era a primeira etapa de elaboração de um plano diretor. Essa etapa, segundo os manuais (*ibid.*), tratava de identificar e entender a situação do município, a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. Mas a atividade de "ler a cidade" não deveria ser uma tarefa exclusiva de especialistas e sim de olhares diversos sobre uma mesma realidade, assim como a produção da cartografia de apoio.

No que diz respeito a esta elaboração cartográfica, a indicação dos manuais (*ibid.*) estava voltada para a dos chamados aos intitulados mapas temáticos: conjunto formado pelas pesquisas tradicionais de uso do solo, infra-estrutura, etc. etc., sem considerar os conflitos territoriais e as disputas locais daí decorrentes.

De posse de tais orientações as equipes iam para campo, incorporadas nas prefeituras ou integrando grupos de consultorias, alguns mais esperançosos com as “tantas coisas extravagantes que tinham acontecido” contra certo planejamento autoritário. O fato é que, além de em média os trabalhos durarem se muito um ano, o processo participativo também estava de certa forma regulamentado, envolvendo um sem-número de reuniões e audiências públicas para validar as propostas. Ainda que a orientação estivesse voltada, na etapa de leitura comunitária, para a adoção das diferentes dinâmicas e materiais, já apontados, foram poucos os municípios que conseguiram “colocar no mapa” as áreas e práticas “tradicionais”, alternativas, desconhecidas e, portanto, não consideradas pelo planejamento territorial. Contraditoriamente, na grande maioria dos casos, apesar dos esforços das equipes, pressionados pelo tempo e pela dificuldade de sistematizar a grande quantidade de material produzido nas reuniões comunitárias, a obrigatoriedade de participação e de produção de mapeamentos inclusivos continuaram com a abordagem tradicional (técnica?) e de certa forma empobrecida em relação às experiências, delineando um processo com caráter de consulta voltado para o simples acolhimento de situações relatadas sem que as mesmas fossem incorporadas ao mapa participativo da cidade, menos ainda ao plano.

Afinal, a descrição dos mapas, acima apresentada, reforça a ideia do inventário indiscriminado para toda e qualquer intervenção urbana, seja para qual for o espaço em foco, o que minimamente, além do trabalho árduo em vão, metodologicamente parece negar as particularidades espaciais de cada localidade e situação, à medida que em qualquer caso, o conhecimento totalizante do “planejamento compreensivo” há muito preconizado por Patrick Geddes (Hall, 1988, p. 161-203) parece ainda permanecer. Ademais, facilmente se percebe, pela especificidade dos dados exigidos nas diretrizes do Ministério das Cidades sobre a produção legal, que a supostamente tão valorizada leitura comunitária de saída já estava potencialmente relegada a segundo plano, subordinada à leitura técnica. Por fim, concordamos com Souza (2005), que sobre a participação popular nestes processos diz que “com espantosa frequência ela é encarada, *na prática*, embora não no discurso, como um mero ‘tempero’, sendo os ‘ingredientes principais’ os instrumentos contidos nos planos e leis” (p. 1-2, itálicos no original), e acrescentamos que muitos municípios e técnicos, a

despeito de boas ou más intenções, estavam (e provavelmente ainda estão) despreparados para realizar a complexa tarefa do planejamento e gestão participativos.

Diante disso, Coli (2009) diz que sendo feita desta maneira, a tão desejada participação da população no processo de produção legal do planejamento urbano corre o risco de se converter em mera utilização gratuita do conhecimento da população sobre o território, economizando recursos que de outra maneira seriam gastos pelo município para conseguir tais informações. Nesse sentido, Joliveau (2008) afirma que o mapa é “uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que é um problema para o objetivo da participação”.

A questão volta-se, por fim, para as seguintes perguntas: comandados pelas prefeituras os mapeamentos participativos realizados nos planos seriam capazes de aumentar a capacidade de populações empobrecidas interferir e decidir sobre os processos políticos que se desenrolam nas cidades? Ou seriam apenas mais uma forma utilizada por governos municipais para legitimar políticas e produzir *consensos*? O que seriam exatamente os mapas participativos, na medida em que há poucos registros das oficinas que os produziram? E o que eles realmente trazem de novo? No caso específico dos planos diretores, o papel que a inclusão destes mapas e mapeamentos pode vir a ter sobre o desdobramento de processos democráticos em âmbito municipal parece ainda envolver a própria capacidade destes planos em tornarem-se instrumentos relevantes de ação política.

### **Mapeamentos, mapas e poderes**

A recente produção de planos diretores a qual fizemos breve reflexão na seção anterior, ainda que baseada em intenções legítimas de transformação da sociedade a partir da participação das populações municipais, foi a campo por todo o Brasil colhendo dados e mapeando as cidades e seus arredores sem o tempo necessário, a nosso ver, para que os vários atores envolvidos neste processo tenham podido refletir sobre questões teóricas e metodológicas.

O que é um mapa? E o que se pode chamar de mapeamento? Quem detém o estatuto do saber cartográfico? O quanto o mapa apenas reflete graficamente dados recolhidos da realidade e o quanto o próprio mapa é representação que inscreve sobre a realidade leituras produzindo novas espaciotemporalidades? A quem interessa cada mapa? Os mapas interessariam a grupos sociais excluídos ou movimentos sociais? O que é e o que deve ser omitido e por quê? O que se pode revelar através deles que possa se contrapor às hegemonias que produzem a cidade desigual? Quais as benesses e problemas da tecnologia SIG e a popularização de seus programas computacionais?

Nogueira (2008) alerta sobre o uso cada vez mais comum, tanto na linguagem coloquial quanto nas diversas áreas da ciência, das palavras “mapa” e “mapeamento”: dos noticiários que se referem ao “mapeamento das drogas no país” ou ao tão alardeado “mapa do genoma humano”, passando por publicações que se referem a “mapeamentos em 3-D dos movimentos do corpo”, “de formas de objetos arquitetônicos” ou “do espaço interno do corpo humano”, abundam os exemplos do uso (que aparentemente a autora aponta como indiscriminado) destes termos. Ela preocupa-se em esclarecer que para a Geografia e, mais particularmente, para a Cartografia, os mapas têm características típicas que não se pode perder de vista. Tratar-se-iam de objetos técnicos que “classificam e representam elementos selecionados em um determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica” e, mais especificamente, “representações gráficas de determinado espaço geográfico, concebidas para transmitir a visão subjetiva ou o conhecimento de alguém ou de poucos para muitos” (*ibid.*, p. 33). Por valorizar esta cartografia e mapa “tradicionais”, a visão da autora – que, bastante preocupada com as terminologias, acaba por diferenciar o mapa da “carta” e da “planta” –, faz lembrar os ríspidos comentários de Chevalier (1989) sobre o que chamou de “parageografias”, i.e., certas geografias paralelas, “vulgares” e não-oficiais, sendo seus principais alvos os livros e guias turísticos (a bem da verdade, quase sempre repletos de mapas). Acusando-os de imprecisos e, sobretudo, de se configurarem como oportunidade para leigos e cientistas de outros campos do saber surrupiam espaço que deveria ser de geógrafos, o autor chega a dizer, com visível descontentamento, que geógrafos seriam evidentemente mais competentes que historiadores, naturalistas ou economistas que



se propõem a apresentar, nestas parageografias, uma região e seus habitantes, além de não querer “assinalar os erros grosseiros cometidos por sociólogos e etnólogos em matéria de geografia regional” (*ibid.*, p. 14, tradução nossa).

Em clara contraposição a estas afirmações, alguns autores têm reclamado maior polissemia para os termos “mapa” e “mapeamento” e a necessidade de maior abrangência na consideração do que seja ou o que contenha geografia/s. A partir de argumentação que provavelmente irritaria Chevalier, Name (2008) diz haver uma geografia “pop”, contida e emitida pelos objetos da cultura de massa – além dos livros e guias de viagem, cartões-postais, filmes e toda sorte de obras audiovisuais, por exemplo – que poderia e deveria ser investigada. Pois para muito além dos mapas que possam estar contidos nestes conteúdos, tais objetos realizam mapeamentos por apresentarem e representarem vários lugares do mundo, tornando-os próximos mesmo para quem deles está fisicamente distante, além de corroborarem para a legitimação e naturalização de visões de mundo e hierarquias geopolíticas e sociais. Em direção próxima, Collignon (2005) reforça esta necessidade de não se pôr em relação hierárquica a geografia douta e a geografia leiga, afirmando acreditar que os “saberes geográficos vernaculares” não estão em uma relação de ruptura com os “saberes geográficos doutos”, mas sim numa relação de complementaridade. Para ela, a geografia acadêmica, como discurso, não é exclusiva nem esgota o entendimento do mundo que se propõe a estudar (*ibid.*, p. 322).

Especificamente em relação a mapeamentos e mapas, Wood (1992) nos lembra dos mapas mentais, legítimos instrumentos de investigação tornados notórios há mais de quarenta anos por Lynch (1997), ainda hoje muito utilizados como instrumentos de aproximação entre pesquisadores/as e usuários/as do espaço, sobretudo em trabalhos com crianças (Vogel et al., 1995; Perdigão, 2007). Mas Wood também faz questão de lembrar que toda e qualquer mente humana realiza diariamente mapas e mapeamentos: a própria experiência cotidiana dos espaços induz a uma organização mental dos mesmos, certos mapeamentos particulares e intransferíveis sempre a interagir com outros mapas (presentes nos noticiários impressos e da televisão, nos livros de geografia, nos jogos de RPG ou de tabuleiro etc.) vistos e manipulados no dia-a-dia. Já Canevacci (2004), acusa os mapas tradicionais de serem de difícil uso e compreensão, além de reducionistas por homogeneizarem o espaço, realizando por

sua forma de representação uma negação da diferença e da alteridade. Referindo-se à complexidade da cidade de São Paulo que visitou com seu olhar estrangeiro, o antropólogo defende que mapeamento muito mais interessante poderia ser feito, por exemplo, pelo ato de se fotografar a cidade, algo também realizado por Ferrara (2000, p. 11-54), na mesma cidade e a partir de método comparativo das imagens feitas por diversos moradores. Para o autor, este conjunto de fotografias, além de ser também um mapa alternativo, tem por sua polifonia muito mais a dizer sobre o espaço urbano do que o mapa tradicional. Por fim, em consonância com a literatura situacionista (Jacques, org., 2003) e a de autores mais contemporâneos (Jacques, 2004; Britto & Jacques, 2009), eleger a deriva e a errância como métodos de se cartografar o urbano.

Tem-se aqui um apanhado sucinto do campo minado que se tornou a discussão sobre mapas, mapeamentos, suas técnicas e métodos. Tem-se instaurada profunda luta simbólica em torno da relação entre os mapas e a questão foucaultiana das conjuntas produção e legitimação de saberes e poderes (Foucault, 1999; 2005). Trata-se de uma consequência em grande medida do contraditório avanço do SIG, que se por um lado, no dizer de Pickles (1991), é a feição cartográfica do retorno ao positivismo tecnocrático nas ciências, por outro lado tem trazido através de sua popularização amplas possibilidades de pessoas comuns produzirem mapas de forma autônoma, inclusive com conteúdos e/ou linguagens alternativos ou contra-hegemônicos (Elwood, 2006; Dunn, 2007). Nesse sentido, ao perceber os mapas sendo produzidos por todos e a serviço de todos, a Geografia vê-se acuada, pois como admitido em diferentes contextos por Godlewska (1997), Massey (2008) e Girardi (2009), eles são seus objetos-símbolo. Dizer então o que é ou não é geografia e, portanto, o que pode ou não pode ser chamado de “mapeamento” e de “mapa”, é discurso que está inserido num campo de práticas necessariamente político, que começa dentro da própria Academia mas que nela não se esgota.

Mas estes mapas, por mais que fossem desejados matemáticos e precisos e tomassem parte da “guerra de imagens”, referida por Gruzinski (2006) como inerente à colonização, continuavam contendo molduras com desenhos e emblemas que os mantinham ligados a narrativas míticas, a monstros marinhos ou mitológicos, à localização de povos da Bíblia ou de lugares da imaginação como a Fonte da Juventude e o Eldorado, o que fez perdurarem expedições de aventureiros às

Américas até o início do século XX (Magasich-Airola & Beer, 2000; Mignolo, 2003; Harley, 2001a, 2001b e 2009). Tais mapas imperiais eram peças deste projeto que colonizava gradativamente a memória, a linguagem e o espaço, impunha aos territórios conquistados a cosmologia eurocentrada e anulavam espaciotemporalidades nativas, mas que ainda não haviam se livrado da ordenação do mundo balizada, no dizer de Foucault (1999, p. 23-62), pelas similitudes ao invés das diferenças, não separando ainda completamente razão e fé, a moderna ciência cartográfica da tradição oral. Ainda assim, contribuíam para a construção e a perpetuação da hegemonia européia, subalternizando os demais povos

Quando representando as cidades os mapas mudam evidentemente de escala, mas mantêm dos mapas mundiais a condição de servir à dominação e à perpetuação de autoridades e autoritarismos, seja por conta de seus silêncios, ou seja, a omissão voluntária ou involuntária de dados, seja por suas estratégias de representação gráfica, por exemplo, fatores que fazem com que Monmonier (1996) afirme categoricamente que os mapas sempre “mentem”. Concebendo as cidades quase sempre do alto, os mapas urbanos são efetuados em vistas à maior circulação de bens capitais e à espetacularização urbana, para a divisão racional e geométrica do espaço segundo a lógica administrativa e fundiária, ao mercado e à grilagem de terras, ao planejamento urbano intervencionista e autoritário, à propaganda política e comercial e encontrou, através do turismo, formas de discurso altamente produtoras de centralidades econômicas e simbólicas e de mediação de experiências urbanas que através deles se tornam limitadas (Canevacci, *op. cit.*, Harvey, 1994; Monnet, 1999; Del Casino Jr. & Hanna, 2000; Name, 2007; Harley, 2009).

A partir da década de 1970, com o advento das Tecnologias de Informação Espacial (TIES) e os SIG, assim como a popularização do uso de aparelhos receptores do Sistema de Posicionamento Global (GPS, *Global Positioning System*), os mapas progressivamente sofreram processos intensos de “objetivação”: pelo fato destas novas técnicas serem hiperbólicas na precisão da localização espacial e no rigor no que se relaciona à medição, os mapas, mapeamentos e, sobretudo, mapeadores parecem envoltos em certa busca pela verdade, correndo-se o risco de se confundir mapa com realidade e, pior ainda, se omitir o caráter discursivo e textual, potencialmente legitimador de poderes assimétricos, que todo mapa contém. Gerou,

também, corrida pelas chamadas “cartografias sociais”, dentro de um movimento cada vez mais expressivo no Brasil e normalmente denominado “giro territorial” (ou, também, “virada cartográfica”), voltada quase que exclusivamente para a legitimação de territórios de grupos “étnicos” e/ou “tradicionais”, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e quebradeiras de côco (Offen, 2003; Robert & Laques, 2003; Biaggi, 2006; Acselrad & Coli, 2008), que não devem perder de vista a racionalização técnico-científica que contêm e sua potencial conversão autoritária de outras lógicas e formas de apreensão e representação do espaço e do tempo em versões domesticadas, via lógica cartesiana.

Diante de toda esta discussão podemos inserir os mapas no campo das *representações*, entendidas não como espelhos do real ou somente imagens, mas como *textos*, i.e., instrumentos discursivos para a comunicação de valores e visões de mundo inseridas em estratégias de poder.

Foucault (1999) entende as representações num sentido bastante amplo, *grosso modo* a relacionando a qualquer forma de pensamento ou ideia organizável. Para o autor, elas podem ser tanto pictóricas quanto mentais, podem ser imagens ou esquemas intelectuais. Mas alerta que a visão, no mundo ocidental, tem preponderância na sua construção: ao mesmo tempo em que tudo que pode ser visto é passível de ser traduzido pelos desmandos de um olhar autoritário que tudo simplifica e classifica em esquemas intelectuais, esses mesmos esquemas necessitam de reprodução contínua de representações visuais para serem inteligíveis e se legitimarem. As representações são, então, sempre partilhadas e tendem a se tornar estáveis. Tornando presente o que está ausente, ou melhor, camuflando o poder e as relações assimétricas em mecanismos mais sedutores ou palatáveis, as representações constroem a realidade social, possibilitando sua leitura com o foco ideologizado a priori. Como esquemas intelectuais e como parte do que é visível, através das representações, enfim, “o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 1990, p. 17).

As representações são, portanto, dinâmicas e a partir dessa constatação, é oportuno dizer que também se conformam no encontro de pessoas, espaços e culturas distintas e, por isso, devem ser entendidas através das práticas que se perpetuam a partir da utilização cotidiana de certos instrumentos e repertórios,

constituindo-se como formas de se relacionar com os espaços e seus outros. Existem, portanto, *práticas de representação* (Name, 2008, p. 22-29).

É impossível se entender os mapas sem as práticas que os produzem ou a eles se relacionam, sem aquelas que os antecedem ou sucedem. Como nos lembra Anderson (2008, p. 226-255), juntamente com o mapa, o censo (tão caro quanto o mapa ao planejamento urbano) e o museu são parte das práticas ocidentais de se produzir um mundo em permanente exibição, que dota um poder soberano, na maioria das vezes o Estado, mas nem sempre ele, de autoridade e olhar externo, onipresente e panóptico sobre territórios e habitantes constantemente classificados e normatizados. As práticas de se colher dados para posteriormente serem filtrados e tecnicamente transformados em mapas, sejam em situações em que o espaço e os habitantes analisados, decodificados, classificados e representados estejam subjugados por declarado ou camuflado autoritarismo (do Estado, ONGs bem intencionadas ou oportunistas, pesquisadores/as e técnicos/as de boa ou má fé), ou, ao contrário, relacionadas à luta pela participação comunitária e sua efetivação no e através do planejamento urbano, criam as situações através das quais desejos, expectativas, inteligibilidades e vontades de transformação urbana e social, sempre díspares, se encontram e se chocam, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação: do saber leigo em relação ao saber técnico e acadêmico, da vontade comunitária ou individual em relação ao poder institucionalizado, de grupos marginais em relação a grupos hegemônicos, processos que tendem à anulação da singularidade e a não servir à multiplicidade de desejos da experiência vivida, sobretudo aquela da complexidade da cidade.

Apesar disso, quando dados como finalizados, se os mapas estão por certo a serviço dos detentores do poder que os produziu, diante de sua reprodutibilidade técnica também se tornam objetos utilizados pelos mais diversos grupos sociais e usuários/as, necessariamente sofrendo processos de reapropriação e ressignificação. Desse modo, tendemos a concordar com autores (Kitchin & Dodge, 2007; Kitchin, 2008; Girardi, *op. cit.*) que afirmam que uma cartografia crítica deve lançar maior foco e análise sobre os mapeamentos do que aos mapas, sobre o que os usuários/as fazem dos mapas e como por eles efetuam ou têm cerceados seus desejos, não se restringindo apenas aos modos pelos quais são nos mapas autoritariamente

representados. Por outro lado, também estamos de acordo com o alerta de Crampton (2009) sobre como pode ser leviano esquecer-se da poderosa participação das representações na produção do espaço. Nesse sentido, se os mapas jamais são meros grafismos, uma construção imagética neutra, também não se pode ignorar o quanto seu caráter visual é sedutor e o quanto sua função tecnocrática é persuasiva na capacidade de legitimá-lo como verdade. Para o jogo do poder, não importa se os mapas não possuem conteúdo ontológico, já que *na prática* são utilizados por estratos dominantes como se o tivessem, sendo *na prática* necessário que determinados grupos ofereçam resistência a esta imposição.

É claro que tal condição não necessariamente anula os mapeamentos e os mapas da possibilidade de passo a passo poderem focar formas solidárias de se produzir conhecimento, e, mais ainda, resistência. Mas para isso ocorrer, abrem-se questões que vão desde as maneiras de se mapear, ao que entender como participação e cartografia participativa, passando por questões éticas sobre para quem mapear e, diante dessa escolha, o que nos mapas produzidos se esconder e revelar da cidade e dos grupos focados, até a indagações sobre aperfeiçoamentos da linguagem cartográfica – quem sabe se recuperando certa tradição decorativa (Child, 1956) ou ampliando a interação com as diversas mídias cada vez mais abertas e acessíveis (Crampton & Krygier, *op. cit.*; Pucher, 2003; Kingsburry & Jones III, 2009; Boulton, 2010) –, objetivando possibilitar maior inteligibilidade dos mapas e maiores possibilidades de sua apropriação e reapropriação (não necessariamente, aliás, pelos grupos com os quais se escolheu colaborar, o que gera novos dilemas éticos).

### **Algumas reflexões para o debate**

Focamos neste trabalho a questão dos mapas, por um lado, por seu caráter ligado à linguagem, à representação e à estética acabar se tornando atraente para nós, que somos arquitetos-urbanistas e temos talvez aí ação a contribuir fundamentalmente; mas, por outro lado, porque nossa experiência profissional, muitas vezes em trabalhos executados em parceria, revelou o quanto mapas permanecem sendo utilizados de maneira tecnocrática, com linguagem e técnica herméticas que negam suas possibilidades comunicativas, potencialmente vinculadoras do território às territorialidades que muitos grupos querem construir ou legitimar. Assim, considerando que a cartografia crítica deva estar preocupada tanto com o destino que os usuários/as

fazem dos mapas quanto com a sua capacidade de produzirem e serem produzidos por “verdades”, muitas vezes, contraditoriamente, os mesmos são utilizados por estratos dominantes, quando a intenção era oferecer resistência a possíveis imposições de leituras e mapas oficiais. Assim a cartografia participativa impõe a preocupação com questões éticas na identificação de para quem mapear e o que interessa aos grupos participantes revelar, como instrumento de disputa territorial, ou esconder como tática de avanço no direito à cidade.

Num sentido mais amplo, qualquer iniciativa de analisar e mapear a diversidade territorial implica em reconhecer o que está em jogo em cada situação! Sem perder a relação particular-geral e singular-universal, a participação comunitária deve ser construída passo a passo, sem regras e roteiros pré-estabelecidos. Cada caso constrói o método, cada caso tem um caminho a seguir, precisa de um tipo de mapeamento e mapas participativos ampliando as possibilidades de oferecer instrumentos de resistência e, portanto, usar e criar práticas que enfrentem a diacronia das trajetórias e se afastem o máximo possível da sincronia autoritária imposta ao espaço pela cartografia tradicional.

Em termos de linguagem cartográfica, realmente não importa se adotemos de forma isolada ou combinada a cartografia efêmera, método que envolve a definição de mapas no chão, onde os participantes utilizam matérias-primas tais como terra seixos e gravetos, folhas, entre outros elementos para representar a paisagem física e cultural; a cartografia de esboço voltada para um método no qual se produz mapa com base na observação ou memória dos participantes sem envolver medidas exatas e escalas precisas, registrando-se em papel elementos selecionados como característicos da paisagem; a cartografia de escala, método que visa a registrar as informações, selecionadas pelos participantes, através de referências geográficas; a modelagem 3D que integra os conhecimentos geográficos com os dados de elevação, produzindo modelos de relevo tridimensionais, de escala e com referências geográficas; as ortofotos elaboradas através de fotografias aéreas corrigidas geometricamente e dotadas de referências geográficas; os Sistemas de Posicionamento Global (GPS), mapeamento que agrega informações precisas em relação aos outros métodos e envolve a inserção de informações através de trabalho de campo; a adoção destes mesmos GPS na feitura ou modificação de *wikimaps*,

*google maps* ou quaisquer outros mapas virtuais do tipo *open-source*, georreferenciados e interativos, alimentados de forma colaborativa pelos mais diversos participantes, por meio de telefones celulares, a Internet ou outras de tantas tecnologias digitais; ou, finalmente, formas de representação através de fotografias, filmes e vídeos, cada vez mais popularizados e que por isso permitem, no dizer de Milton Santos (2008), a revanche da cultura popular contra a cultura de massa, mas que já eram exigidos pelos situacionistas nos escritos datados das décadas de 1950 e 1960 (Jacques, org., 2003).

Gostaríamos de finalizar, parafraseando Souza (s.d.): sim, “é verdade, leis formais e planos diretores e seus mapas estão longe de atacar o essencial” e sim, é claro que qualquer estratégia conduzida pelo Estado necessariamente traria em si restrições a qualquer tipo de ação minimamente transformadora. Assim na perspectiva do planejamento talvez seja melhor continuar a produzir mapas para serem confrontados com os mapeamentos “próprios”, “alternativos” elaborados pelos grupos que disputam legitimamente espaços ou mesmo aqueles que tentam reverter a ordem dada pelas propostas oficiais e seus urbanistas.

### **Referências Bibliográficas**

- ACSELRAD, H. & COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ, 2008, p. 13-43.
- ALVES, M. M. *Força do povo*. Sao Paulo : Brasiliense, 1984.
- BIAGGI, L. E. Du territoire à la carte: l'émergence de la cartographie militante au Brésil. *Géocarrefour*, vol. 81, nº 3, p. 235-243.
- BOULTON, A. Just Maps: Google's Democratic Map-Making Community? *Cartographica*, vol. 45, nº 1, 2010, p. 1-4.
- BRANDÃO, J. *O povo é que sabe*. São Paulo : CEDESP, 1986.
- BRASIL. *Plano diretor participativo: guia para dos municípios e cidadãos*. Brasília : Ministério das Cidades, 2004.
- BRITTO, F. B. & JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol. 21, nº. 2, 2009, p. 337-350.
- CHILD, H. *Decorative maps*. London : Studio Limited, 1956.
- COLI, L. R. Reflexões sobre as experiências de mapeamento participativo e cartografia social em cidades brasileiras. *Semana de Planejamento Urbano e Regional*, 15, 2009. Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ.



- COLLIGNON, B. Que sait-on des savoirs géographiques vernaculaires? *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, nº 3, 2005, p. 321-331.
- CRAMPTON, J. W & KRYGIER, J.. An introduction to Critical Cartography. *ACME*, vol. 4, nº 1, 2006, p. 11-33.
- CROSBY, A. W. *A mensuração da realidade*. São Paulo : Editora UNESP, 1999.
- DEL CASINO JR., V. J. & HANNA, S. P. Representations and identities in tourist map spaces. *Progress in Human Geography*, vol. 24, nº 1, 2000, p. 23-46.
- DUNN, C. E. Participatory GIS – a people's GIS? *Progress in Human Geography*, vol. 31, nº 5, 2007, p. 616-637.
- ELWOOD, S. Critical issues in Participatory GIS: deconstructions, reconstructions, and new research directions. *Transactions in GIS*, vol. 10, nº 5, 2006, p. 693-708.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. São Paulo : Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- GIRARDI, G. Mapas desejanter: uma agenda para a cartografia geográfica. *Pro-Posições*, vol. 20, nº 3, set./dez. 2009, p. 147-157.
- GODLEWSKA, A. The idea of the map. In: HANSON, S. (ed). *Geographical ideas that have changed the world*. New Brunswick : Rutgers University Press, 1997, p. 15-39.
- GRUZINSKI, S. *A guerra das imagens*. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.
- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. *Confins*, vol. 5, 2009. Disponível na INTERNET via <http://confins.revues.org/index5724.html>. Arquivo consultado em 20 de agosto de 2010.
- \_\_\_. Silences and secrecy. The hidden agenda of cartography in Early Modern Europe. In: LAXTON, P. (ed.). *The new nature of maps*. Baltimore : London : The John Hopkins of University Press, 2001a, p. 83-107.
- \_\_\_. Deconstructing the map. In: LAXTON, P. (ed.). *The new nature of maps*. Baltimore : London : The John Hopkins of University Press, 2001b, p. 149-168.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola, 1994.
- HOEFLE, S. W.. Cultura na história do pensamento científico, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, UFRJ, vol. 2, Rio de Janeiro, 1998, p. 6-29.
- JACQUES, P. B (org.). *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro : casa da Palavra, 2003.
- \_\_\_. Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, vol 5, nº 53, out 2004. Disponível na INTERNET via <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>. Arquivo consultado em 28 de agosto de 2010.
- JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ, 2008, p. 45-69.
- KINGSBURRY, P. & JONES III, J. P. Walter Benjamin's Dionysian Adventures on Google Earth. *Geoforum*, nº 40, 2009, p. 502-513.
- KITCHIN, R. The practices of mapping. *Cartographica*, vol. 43, nº 3, 2008, p. 211-215.
- \_\_\_. & DODGE, M. Rethinking maps. *Progress in Human Geography*, vol. 31, nº 3, 2007, p. 331-344.

- LÉZY, E. Le chemin de Léon Damas, sur les traces de la Tortue. Vers une géographie “vernaculaire” de la Guyane. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, n° 3, 2005, p. 358-380.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo : Martins Fontes, 1997.
- MAGASICH-AIROLA, J. & de BEER, J. M. *América Mágica*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2008.
- MIGNOLO, W. *The darker side of the Renaissance*. Michigan : The Michigan University Press, 2003.
- MOLES, A. *Les sciences de l'imprécis*. Paris : Seuil, 1990.
- MONMONIER, M. *How to lie with maps*. London : Chicago : The University of Chicago Press, 1996.
- MONNET, J. Images de l'espace a Los Angeles: elements de geographie cognitive et vernaculaire. Colloque Espace(s), IUF, mai. 1999. Disponível na INTERNET via [http://webast.ast.obs-mip.fr/people/rieutord/IUF\\_conf/actes.html](http://webast.ast.obs-mip.fr/people/rieutord/IUF_conf/actes.html). Arquivo consultado em 26 de novembro de 2002.
- MORIN, E., *Introduction à la pensée complexe*. Paris : Seuil, 1990, 177 p.
- NAME, L. *Por uma geografia pop: personagens geográficos e a contraposição de espaços no cinema*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_ . “Rio for partiers”: como ser um estrangeiro na capital carioca. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Vol. 25, n° 2, 2007, p. 79-96.
- NOGUEIRA, R. E. *Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais*. Florianópolis : Editora da UFSC, 2008.
- OFFEN, K. H. The territorial turn: making black territories in Pacific Colombia. *Journal of Latin American Geography*, vol. 2, n° 1, 2003, p. 43-73.
- PICKLES, J. Geography, GIS, and the surveillant society. *Papers and Proceedings of Applied Geography*, vol. 14, 1991, p. 80-91.
- PUCHER, A. Open source cartography: status quo, recent trends and limitations of free cartographic software. *International Cartographic Conference*, 21, 2003. Durban, Proceedings... Durban : ICA.
- ROBERT, P. & LAQUES, A. E. “La carte de notre terre”. Enjeux cartographiques vus par les indians kaiapó (Amazonie Brésilienne). *Mappemonde*, vol 69, 2003, p. 1-6.
- SIVIGNON, M. La géographie spontanée, ou la rose de vents de Diamandis Galanos. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, n° 3, 2005, p. 332-342.
- SOUZA, M. L.. Da ilusão também se vive: caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil (1989-2004). *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 11, 2005. Salvador, Anais... Salvador : ANPUR.
- \_\_ . “É verdade, leis formais e planos diretores estão longe de atacar o essencial, mas...” *Uma anedota-manifesto (meio dramática) à guisa de remédio contra a hemiplegia mental*. S.l. : s.d. Disponível na INTERNET via

<http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/anedota-manifesto.pdf>. Arquivo consultado em 29 de agosto de 2010.

WOOD, D. *The Power of Maps*. New York : London : The Guilford Press, 1992.